

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil n. 06.2020.00004019-9

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **DIEGO ZAMIGNAN**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG 3.862.690, inscrito no CPF 041.186.589-76, com endereço na rua Carlos Favaretto, 49-E, São Cristóvão, Chapecó, e **SALETE ZAMIGNAN**, casada, empresária, portadora do RG 1.610.707, inscrita no CPF 023.668.069-22, com endereço na rua Carlos Favaretto, 49-E, São Cristóvão, Chapecó, doravante denominados *compromissários*,

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar

o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

CONSIDERANDO que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente - e, portanto, não edificável - as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

CONSIDERANDO que o Código de Obras de Chapecó determina que obras de construção, acréscimos, modificações ou restaurações, no Município de Chapecó, devem possuir prévio licenciamento emitido pelo órgão municipal responsável (art. 3º);

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil Público n. 06.2020.00004019-9, que tramita nesta 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, identificou que os compromissários iniciaram as obras de uma benfeitoria sobre a área de preservação permanente localizada aos fundos do lote 3 da quadra 738, a menos de 5 metros da margem do lajeado Passo dos Fortes;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

DO OBJETIVO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação da área degradada, em razão da construção de benfeitoria sobre a área de preservação permanente do lote 3 da quadra 738, situado na rua Carlos Favaretto, 49-E, São Cristóvão, Chapecó.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: Os compromissários comprometem-se a interromper imediatamente a obra clandestina identificada no Inquérito Civil Público 06.2020.00004019-9 e a comprovar ao Ministério Público, no prazo improrrogável de 45 dias, a demolição das obras realizadas sobre a área de preservação permanente: edificação nova iniciada aos fundos do estabelecimento conhecido como Diego Pneus.

Parágrafo primeiro – Os compromissários comprometem-se a, no mesmo prazo, comprovar a correta destinação dos entulhos provenientes da demolição;

Cláusula 3ª - Os compromissários assumem a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão, sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes;

Cláusula 4ª - Os compromissários comprometem-se a recuperar a área degradada, em 60 dias, mediante a execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, previamente aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Chapecó - Sedema;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 6ª: Incidirá os compromissários em multa diária de R\$ 500,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

Parágrafo primeiro: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo segundo: O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª - o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra os compromissários, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

Cláusula 8ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 30 de setembro de 2020

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Salete Zamignan
Compromissária

Diego Zamignan
Compromissário